

LUANA GUIMARÃES SOUZA

**AS POLITICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: CENÁRIOS E PROBLEMTICAS DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

GOIÂNIA

2025

LUANA GUIMARÃES SOUZA

**AS POLITICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: CENÁRIOS E PROBLEMTICAS DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

Monografia elaborada como exigência da disciplina de Trabalho de conclusão II, do curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontificia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação do Professor Me Nelson Carneiro Júnior

GOIÂNIA

2025

LUANA GUIMARÃES SOUZA

**AS POLITICAS EDUCACIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: CENÁRIOS E PROBLEMTICAS DA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia II, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Prof.º Orientador: Me Nelson Carneiro Júnior

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.ª Convidada:

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final: _____

Goiânia ____ / ____ /2025

Dedicatória

Dedico esse trabalho em primeiro lugar a Deus e a mim por todo meu esforço para realiza-lo, dedico também meus pais e ao meu namorado que sempre me incentivaram e apoiaram.

Agradecimentos

Agradeço a Deus em primeiro lugar, e a minha família e amigos e ao meu querido orientador professor Nelson que estiveram comigo durante essa jornada, sou grata a todos.

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam.”

Paulo Freire (1968).

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1 Considerações Gerais sobre as Políticas Educacionais.....	10
1.1: Considerações iniciais sobre as Políticas Educacionais para a EJA.....	14
1.2: Diretrizes da EJA: Embates e Disputas no campo político.....	17
Capítulo 2 Desafios e contradições nas políticas educacionais da EJA	23
2.1 Reformas Neoliberais na EJA (Panorama Nacional)	23
2.2 Reformas Neoliberais na EJA (Panorama Regional: Rio de Janeiro e Goiás)	25
Considerações Finais	29
Referências	31

Resumo

A monografia pretende problematizar e refletir sobre a organização e funcionamento das políticas públicas educacionais no campo da educação de jovens e adultos no Brasil. O problema central da monografia está na seguinte pergunta: Quais são as dificuldades na implantação de políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos? A monografia apresenta a complexidade do histórico das políticas públicas educacionais no campo da educação de jovens e adultos no Brasil e os desafios e contradições na implementação de políticas públicas educacionais no campo da educação de jovens e adultos. A emergência do neoliberalismo proporciona mudanças significativas na oferta e perspectiva de um determinado tipo de modalidade de ensino. A pesquisa é de cunho bibliográfica a partir de livros e artigos; mas também pode ser de relatórios de pesquisas publicados sobre o tema da educação de jovens e adultos.

Palavras Chaves: Políticas Educacionais; Educação de Jovens e Adultos; Neoliberalismo

Introdução

Esta monografia versa sobre as políticas públicas educacionais no campo da educação de jovens e adultos. A discussão do tema foi apresentada quando cursava a disciplina “Políticas Educacionais”. Nesta disciplina os textos falavam da importância das políticas públicas para a sociedade e como elas estão próximas de cada um de nós e muitas vezes não as percebemos. Logo depois, o professor verticalizava a discussão para o campo das políticas públicas da educação.

Através da disciplina de Políticas Educacionais consegui entender, que política não é só partidária. A política está em todos os contextos da sociedade. Com a minha realidade de vida, tive acesso à educação básica oferecidas nos anos iniciais e fundamentais pela rede municipal de educação e ensino médio pelo estado.

O tema da política aparece no senso comum relacionado ao contexto partidário. Entrei na faculdade com essa ideia de política, mas claro já tinha noção de que haviam outras políticas, mas sem clareza e nem contexto nenhum. Nas aulas de políticas educacionais aprendi sobre as diversas políticas e suas funções e como essa discussão e o conhecimento acerca das políticas públicas são importantes para a sociedade

Outra matéria que chamou a atenção foi Educação Popular. Nesta, tendo como eixo de discussão a educação popular, o professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte falava de forma ampla sobre a educação popular. Tiveram leituras acerca da historicidade da educação popular e das suas concepções, cultura popular, movimentos sociais e experiências na América Latina.

As aulas da disciplina foram esclarecedoras sobre o assunto de educação popular e educação de adultos, pois foi explorada de uma maneira humanizada e real onde sempre haviam debates e textos que visavam nos levar para realidade e pensar nossa sociedade e em especial a educação.

Nesta disciplina conheci o pensamento de Paulo Freire e suas contribuições à educação popular e à educação formal. Paulo Freire buscava os exemplos do cotidiano para realizar um processo de alfabetização. Sabemos que o seu método modificou olhar sobre como ensinar e que não existe bem um modelo a ser seguido. E na educação de jovens e adultos exemplos que podem ser banais são a chave para o aprendizado daquele educando.

É exatamente por causa dessas aulas e leituras realizadas que escolhi o tema da monografia de Políticas públicas na EJA: Esse tema, me pega pela vivência do dia a dia em ver a diferença que isso faz na vida de cada aluno.

Esta monografia pretende compreender melhor como a Educação de Jovens e Adultos é realizada no Brasil nos dias atuais. Além disso, revela a importância para a motivo no ensino regular educação em especial para conclusão dos estudos daqueles que não puderam dar continuidade aos estudos por algum motivo.

A formação em Pedagogia também habilita que possamos trabalhar na EJA. Por isso, se não tivermos conhecimento não faremos um bom trabalho porque não conhecer as diversas dificuldades e até mesmo limitações que se enfrentam nesta modalidade de ensino. Existem alguns trabalhos que versam sobre a EJA no curso de Pedagogia. A novidade dessa monografia é realizar um recorte no campo das políticas públicas educacionais do Brasil e de que forma estas compreendem e enfatizam a regulação e oferta da EJA.

Capítulo 1: Considerações Gerais sobre as Políticas Educacionais

. Segundo Dallari (1983) existem várias concepções de política. O termo política surgiu da palavra *polis* que é cidade em grego. E se fez necessário um sistema de organização dentro dessa polis (cidade), daí vem o termo política. Isso significa dizer que tudo aquilo que acontece na cidade e que influencia nossa vida faz parte do mundo da política.

A política pode ser compreendida também como “arte e ciência do governo”. Nessa abordagem, a política é um instrumento que visa atender às necessidades dos seres humanos. A política como “estudo do poder” e “ciência do estado” que definem que é um ato de poder onde o estado ou homem tem esse poder.

Dallari (1983) conceitua política como “política e a conjunção das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”. Consigo observar política em minha volta, em várias ações do dia a dia em especial quando estou dando aula, onde as crianças entram em conflito e é preciso que seja resolvido. Por vezes é necessário que como professora tenha que fazer alguma intervenção para organizar a situação. Outras vezes eles mesmos entram em acordo, colocando juntos as ideias no lugar e organizando aquela situação. Fazendo assim um ato político muito importante e que muitas vezes passa despercebido devido á correria do dia e até mesmo por não compreender o que é política.

Dallari (1983) explica que política pode se referir à vida e à organização dos seres humanos em sociedade e também se refere ao estudo dessa organização.

O homem é um animal político que não vive sozinho, pois todo ser humano, desde que nasce até o momento que morre, precisa de companhia de outros seres humanos.

Foi observando isso que o filósofo grego Aristóteles escreveu que o homem é um animal político, pois é a própria natureza humana que exige a vida em sociedade.” (Dallari, 1983, p.7)

Assim como o filósofo Aristóteles (350^a.c.) entende que o ser humano é, por natureza, um animal político, ou seja, uma criatura que não se realiza isoladamente, mas sim no contexto da vida em comunidade. Para o filósofo grego, não é por acaso que as pessoas tendem a viver em *pólis* (cidade-estado), pois é nesse ambiente coletivo que os homens e mulheres desenvolvem todas as suas potencialidades e conquista uma vida plena e virtuosa. Dessa maneira, Aristóteles (350 a.c.) destaca que a cidade não existe apenas para garantir a subsistência, mas para tornar possível uma vida pautada pela justiça, pela ética e pela busca do bem comum, o que caracteriza a própria essência humana enquanto ser social e político.

O ser humano é um ser igual e naturalmente tem o mesmo valor. Sabemos que na sociedade atual essa ideia não é concebida, pois até os recém-nascidos que apresentam grandes diferenças sociais e econômicas. Sabemos que o homem necessita do outro para quase tudo em sua vida, e que não é possível viver sozinho mesmo que tenha um poder aquisitivo elevado.

Por fim o autor explica que o ser humano é repleto de individualidade e mesmo que todos os indivíduos fossem submetidos ao mesmo modo de criação haverá divergências e conflitos, pois cada um carrega consigo suas características individuais e naturais. E sempre busca um modo de organização para que haja harmonia e respeito na sociedade.

Olhando para os dias atuais nossa forma de organização é boa, porém não consigo dizer que a política está sendo exercida da melhor forma e garantindo a individualidade e direito de todos. Acredito que os homens e mulheres estejam deixando seus desejos sobressaírem as necessidades naturais de todos os indivíduos da sociedade. Por isso há tanta divergência de realidade em nosso país onde o rico se faz mais rico e o pobre vive a miséria extrema.

Na percepção da maior parte da população o exercício da política está muito atrelado ao exercício do Estado e ao exercício do governo. Por isso, é importante compreender a diferença desses conceitos. Estado é o conjunto de instituições políticas dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) que representam, organizam e atendem o povo. Cabe a ele elaborar, aplicar e fiscalizar políticas que correspondam ao bem-estar e integração nacionais sendo o servidor público o defensor do cumprimento eficiente dessas funções (como Educação, Saúde, Segurança etc.).

O Governo, por sua vez, é uma das instituições que compõem o Estado. Seu dever é administrá-lo por meio da formulação e implementação de medidas que levem em conta a

dinâmica econômica do país, protocolos internacionais etc. Enquanto Estado abrange toda a sociedade política, governo é formado por um grupo político que é geralmente eleito para administrar o Estado por um determinado período.

Dessa forma, o Estado é o poder público soberano, impessoal, estável, permanente e deve sempre servir à população. Governo é controle momentâneo do poder e, infelizmente, nem sempre está a serviço dos interesses da sociedade (muitas vezes está ali para atender aos interesses de determinados grupos de poder econômico, político ou financeiro).

Segundo Lima (2021), as políticas educacionais são um conjunto de ações e tomada de decisões dos governantes para que possam moldar e organizar o sistema educacional, em grande parte essas políticas vêm acompanhadas de interesse econômicos, ideológicos e acabam visando o bem de uma parte da população, deixando de ser uma ação universal e benéfica para todos da sociedade.

No campo das políticas públicas tem-se as influências externas de grandes empresas como (Banco Mundial) que acabam influenciando nas ações que vão ser tomadas em relação aos direitos que devem ser garantidos à população. Lima (2021) diz que também de como muitas vezes os interesse específicos fazem com que os direitos da sociedade em relação à educação sejam pouco executados e que os governantes queiram muitas vezes apenas gerenciam o ensino e não realizam a democratização do mesmo para garantia de mais autonomia e melhorias para toda a educação.

Por outro lado, as políticas de estado são relacionadas a ações e diretrizes mais permanentes e estruturais, que transcendem administrações governamentais específicas. As políticas de Estado são entendidas como um conjunto de normas, ações e orientações de longo prazo, elaboradas para assegurar a continuidade de determinadas estratégias públicas, independentemente do partido ou governo em exercício. As políticas de estado buscam garantir direitos fundamentais, como o acesso à educação de qualidade, sem estarem sujeitas a mudanças imediatas por questões de conveniência política ou partidária. Para Lima (2021) essas políticas devem garantir equidade, universalidade, igualdade e educação de qualidade a todos.

Por fim, Lima (2021) diz que as políticas de estado são de longa duração onde o governo deverá garantir que ela seja utilizada da forma correta e melhor possível, já que não lhe e permito retirar, pois, todas são respaldadas perante a lei. Pensando nessa questão temos o PNE (Plano Nacional de Educação) que deve ser exercido até o ano presente visando cumprir as metas, mas como sabemos não foi possível pela falta de interesse investimentos em uma

educação de qualidade pois levam muito para a política governamental onde visam o bem de uma parcela da sociedade não o bem comum muitas vezes.

É importante ressaltar que as políticas de Estado correspondem à atuação do próprio Estado, mas é importante compreender que elas não são neutras nem isentas de interesses. No contexto brasileiro, historicamente, as políticas hegemônicas têm contribuído para a manutenção das desigualdades sociais. Por esse motivo, o Estado é frequentemente caracterizado como um Estado burguês, pois suas ações refletem os interesses das classes dominantes.

É fundamental distinguir as políticas de Estado das políticas de governo. As políticas de governo são formuladas por um grupo político específico, com base em seu programa e ideologia, e estão vinculadas a um período de tempo determinado, ou seja, ao mandato daquele governo. Já as políticas de Estado resultam de disputas, negociações e pactos entre diferentes setores da sociedade civil e dos atores políticos. Elas possuem maior continuidade ao longo do tempo e refletem, em tese, um consenso mais amplo sobre determinados rumos que o país deve seguir.

O exercício da política pública, portanto materializa-se em programas e projetos que alcançam a vida das pessoas. As políticas públicas são planejadas e executadas com a junção dos três poderes que são legislativo, executivo e judiciário e as políticas educacionais também são planejadas dessa maneira e são para a garantia de uma boa educação, é dever da família e do estado garantir o direito à educação, porém com a privatização da educação nas últimas décadas é o resultado de políticas públicas do estado, que podem ter mais impacto na negação do direito a educação, o autor cita o Estatuto da criança e do adolescente, o ECA, com um instrumento formativo de complementa e regulamenta o direito à educação.

Santos (2012) indica que as políticas públicas podem ser encontradas em 4 grupos. Primeiro, tem-se as políticas distributivas. Estas concedem acesso a um bem direito ou poder. Essas políticas são bem aceitas na sociedade, no entanto são ligadas a criações de consensos na sociedade e benefício destes. Um exemplo de política pública distributivas é o SUS (sistema único de saúde)

O segundo tipo apresentado pelo Santos (2012) é chamada de política pública redistributiva. Estas são orientadas para dissenso, reconfiguram o acesso a bens, direitos ou poder. Um exemplo de política pública redistributiva são as cotas raciais para estudantes afro descendentes nas universidades públicas.

O terceiro tipo é a política pública regulatória. Estas são as que definem as regras do jogo político, assume a forma de leis e decretos. Um exemplo é a LDB (lei de diretrizes e bases da educação nacional brasileira). Por fim, tem-se a política pública institucional que normatizam as regras e ordens de uma sociedade. Um exemplo é a Constituição Federal do Brasil de 1988

Este trabalho tem o foco no campo da política pública educacional. Santos (2012) também define as políticas educacionais, são as que vão orientar diretrizes, configuram em nível conceitual, os projetos de educação no estado, condicionam projetos em nível materiais controlando-os, regulam as maneiras como o acesso a poderes ou direitos do estado, emanados do estado e direcionados as componentes da sociedade.

É importante lembrar que as políticas educacionais têm um grande impacto na qualidade do ensino e no acesso à educação para todos. Portanto, estudar e analisar esse campo é crucial para garantir que cada indivíduo receba uma educação de qualidade e que isso contribua para o desenvolvimento, não há dúvidas quanto aos avanços alcançados pela educação brasileira na

Santos (2012) traz no texto uma explicação sobre política e em seguida já vem com a definição de política educacional que é

Toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativo e (informativos) desenvolvidos em sociedade (seja em instancia coletiva ou individual) e por meio dessa intervenção legitima constrói ou desqualifica muitas vezes de modo inteiro) determinando projeto político visando a atingir determinada sociedade”. (Santos, 2012 p. 03)

Santos (2012) conclui que existem características comuns nas políticas educacionais. A primeira seria a sua intencionalidade. Ela pode ser explícita ou implícita. A política educacional tem três dimensões que são administrativa, financeira e educacional, e são executadas em diferentes momentos históricos a depender de cada caso e principalmente do governo em vigor.

Entretanto a existência da política pública educacional precisa vir acompanhada de outros fatores que dialogam com a questão social e econômica. Portanto lembremos sempre dos desafios que enfrentamos todos os dias assim como citados no texto como as crises econômicas a instabilidade políticas que afetam diretamente na execução das políticas educacionais, a má formação dos professores e muitas vezes currículos que não cabem em determinadas instituições de ensino e são mal executados tendo assim uma educação com déficit muito grande, e dentre outros problemas relacionados as políticas públicas e educacionais.

Trarei uma política pública que foi importante para garantia dos meus estudos, o Passe Livre Estudantil. O Passe Livre Estudantil é um programa de mobilidade social que contribui com a diminuição da evasão escolar, por meio da oferta de 48 viagens mensais, possibilitando a ida e a volta do estudante, de sua casa até a instituição de ensino. É uma política de Estado que não pode ser retirada pelo Governo em vigor, apenas pode-se mudar o nome dela, mas continua oferecida aos estudantes.

O Passe Livre Estudantil (PLE) em Goiás foi criado em 2014 com o objetivo de reduzir a evasão escolar e garantir a mobilidade dos alunos. O benefício é destinado a estudantes de baixa renda, matriculados em instituições de ensino regular, e que sejam beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família, Bolsa Universitária e Renda Cidadã.

Um aspecto muito importante para que esses sujeitos da EJA tenham mais direito e voz, é de extrema importância as ações dos movimentos sociais, dentre os movimentos sociais, um exemplo significativo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Historicamente, o MST tem lutado pela reforma agrária e pela dignidade do trabalhador rural, e, nesse contexto, a educação tem sido um ponto crucial de sua atuação. Para o movimento a educação é uma ferramenta essencial para empoderar os trabalhadores e garantir seus direitos. Através da criação de escolas e programas educativos que atendem especialmente à população rural, o MST contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos, fortalecendo a EJA como um espaço de resistência e transformação, até porque muitas pessoas que vivem na zona rural não puderam concluir e as vezes nem iniciaram seus estudos, e com esses projetos conseguem ter acesso à educação.

Outro exemplo é o Movimento dos Trabalhadores da Educação (MTE). Com foco na valorização da educação pública e na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação, esse movimento tem buscado uma EJA de qualidade. O MTE faz uma importante comunicação entre educadores, estudantes e comunidades, promovendo debates e ações que buscam melhores condições de trabalho para os professores e uma boa educação que corresponda às necessidades dos educandos. Sua atuação é fundamental para que a EJA não seja apenas uma alternativa, mas uma oportunidade real de aprendizagem e resgate da cidadania; que pode ter sido deixada de lado por vários motivos e dentre eles estão também razões sociais que os impedem de iniciar e concluir seus estudos.

1.1: Considerações iniciais sobre as Políticas Educacionais para a EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma importante conquista no campo das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliou direitos e garantias para todas as etapas e modalidades de ensino. Nesse contexto, destacam-se as contribuições de autores como Adelaide

Terezinha de Oliveira Martins (2013) e Delcio Antônio Agliardi (2013), que analisam o desenvolvimento e as transformações das legislações voltadas para a EJA no país ao longo das últimas décadas. Suas reflexões evidenciam como a consolidação de uma estrutura jurídica e política para a modalidade contribuiu para reconhecer jovens e adultos como sujeitos de direitos, ampliando o acesso à escolarização e fortalecendo uma concepção de educação pautada pela inclusão, pela equidade e pela formação crítica e cidadã.

A LDB não só reafirma a EJA como parte da educação básica, como também impõe a necessidade de equivalência na formação para aqueles que tiveram acesso tardio à educação. Paralelamente, o Plano Nacional de Educação (PNE), revisado periodicamente, inclui metas para reduzir o analfabetismo e ampliar o acesso ao ensino para jovens e adultos, além de prever políticas e incentivos públicos para a EJA. Mecanismos de financiamento, como o FUNDEB, foram instituídos para apoiar a expansão da EJA, permitindo melhores condições de oferta educacional.

Apesar desses avanços, os autores destacam os desafios enfrentados na implementação concreta da EJA. A evasão escolar é um dos principais problemas, já que muitos jovens e adultos enfrentam dificuldades em conciliar estudos, trabalho e responsabilidades familiares, distância de instituições educacionais e entre outras. Também falta de investimento e de recursos suficientes para que as redes de ensino proporcionem uma infraestrutura adequada para esse público. A EJA demanda de profissionais capacitados para lidar com suas especificidades, mas a formação e a valorização desses educadores permanecem limitadas e dificultadas.

Martins (2013) e Agliardi (2013) argumentam que a Educação de Jovens e Adultos é essencial para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, pois oferece uma segunda oportunidade de formação educacional para pessoas de baixa escolaridade e baixa renda, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências importantes tanto para o mercado de trabalho quanto para a vida em sociedade. A alfabetização e o acesso à educação básica promovem a autonomia do sujeito, permitindo que possam exercer seus direitos na sociedade em geral.

Por fim, no final do artigo, Martins (2013) e Agliardi (2013) concluem que a EJA é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento social e educacional do Brasil. Para que seu potencial seja realmente explorado, é necessário investimentos e reestruturações maiores das políticas públicas. Recomendam a criação de políticas de incentivo mais robustas, com apoio financeiro e flexibilização de horários para minimizar a evasão escolar, além de capacitação específica para educadores e aumento dos investimentos em infraestrutura e materiais didáticos

voltados para a EJA. Para que possam ter mais qualidade para ter voz e vez e serem sujeitos de voz ativa na sociedade.

Arroyo (2011) defende que a EJA deve ser compreendida dentro de um campo de direitos, pois representa uma segunda chance para muitos que, por razões econômicas, sociais ou familiares, foram forçados a interromper seus estudos. Ele destaca que é dever do Estado garantir esse direito, por meio de políticas educacionais inclusivas e específicas para esse público, que muitas vezes enfrenta dificuldades para voltar ao ambiente escolar, incluindo questões de preconceito e estigma social.

Segundo Arroyo (2011), a EJA é também uma responsabilidade pública que deve estar firmemente enraizada nas políticas sociais, uma vez que essa modalidade educacional desempenha um papel importante no combate às desigualdades sociais e na promoção da justiça social. Ele afirma que a educação de jovens e adultos não pode depender apenas de iniciativas privadas ou de projetos pontuais, sendo indispensável o envolvimento contínuo e efetivo do poder público.

Arroyo (2011) reforça que o Estado deve assegurar que a EJA tenha os recursos necessários para oferecer uma educação de qualidade, com profissionais capacitados e metodologias que considerem as particularidades e as necessidades dos estudantes adultos. Arroyo (2011) considera educação de jovens e adultos como um processo que, além de instruir, é capaz de resgatar a autoestima e o sentimento de pertencimento social dos alunos, que, muitas vezes, foram tratados como invisíveis pela sociedade.

Arroyo (2011) também aponta a importância de uma abordagem pedagógica voltada para a realidade dos estudantes da EJA. Para ele, esses alunos têm trajetórias de vida diversas e possuem experiências e saberes que devem ser valorizados no ambiente escolar. Ainda defende a criação de práticas pedagógicas que reconheçam essas experiências, favorecendo um ensino que dialogue com o contexto de vida dos estudantes e que respeite o ritmo e as necessidades específicas de cada um.

Arroyo (2011) sustenta que a EJA não é apenas uma questão de acesso ao ensino, mas também uma questão de garantir dignidade, autonomia e cidadania aos alunos. Para ele, a EJA representa a possibilidade de inclusão e justiça social, devendo ser vista como um compromisso público que exige políticas efetivas e investimentos sólidos.

A presente pesquisa tem como recorte a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É importante reconhecer esses estudantes como sujeitos de conhecimento, diferenciando-os dos alunos do ensino tradicional. Para Oliveira (1999), a educação de jovens

e adultos precisa partir do pressuposto de que esses estudantes carregam uma bagagem cultural e vivencial que influencia diretamente seu aprendizado. Dessa forma, é essencial que o ambiente escolar valorize e incorpore essas vivências, para que o aprendizado seja realmente significativo e relevante para esses alunos.

Ao considerar jovens e adultos como sujeitos de conhecimento, Oliveira (1999) destaca a importância de reconhecê-los como participantes ativos no processo educacional. Eles não são apenas receptores passivos de informações, mas contribuem ativamente para a construção do conhecimento dentro da sala de aula. Esse reconhecimento das subjetividades individuais permite uma educação mais inclusiva, dos estudantes e incentiva uma relação dialógica em que educadores e educandos compartilham e constroem saberes juntos.

Essa concepção proposta por Oliveira (1999) rompe com o modelo tradicional de educação, que muitas vezes ignora o conhecimento prévio e a maturidade dos alunos, tratando-os de forma homogênea e sem considerar as trajetórias de vida singulares. Essa abordagem é essencial para criar uma relação de respeito e empatia entre professor e aluno, estabelecendo um ambiente de ensino colaborativo, no qual todos participam e se beneficiam do processo de aprendizagem.

Um ponto importante destacado por Oliveira (1999) é a necessidade de contextualizar o conteúdo, relacionando-o ao dia a dia dos alunos. Ao trazer temas do cotidiano, como trabalho, cidadania, família e direitos sociais, o aprendizado se torna mais relevante e aplicável, ajudando os estudantes a perceberem o valor do que estão aprendendo. Essa contextualização fortalece a conexão entre o conhecimento escolar e o conhecimento prático que os educandos já possuem, o que intensifica o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Oliveira (1999), a EJA é uma ferramenta de inclusão social que permite aos estudantes apropriarem-se de saberes antes inacessíveis e os incentiva a exercer plenamente sua cidadania.

Oliveira (1999) reforça que a EJA deve ser vista como um espaço de aprendizagem significativa e transformadora, que respeita e valoriza a subjetividade e as experiências de vida de cada aluno. Ela destaca que uma educação eficaz para jovens e adultos precisa considerar suas especificidades, superando abordagens tradicionais que tratam o aprendizado de forma homogênea e desconsideram o valor das vivências individuais.

1.2: Diretrizes da EJA: Embates e Disputas no campo político

A Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de outubro de 2010 que cria as Diretrizes de 2010 para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi um dos documentos mais importantes para reconfiguração da modalidade de ensino. Eles sublinham a importância de um currículo flexível que respeite as experiências e conhecimentos prévios dos estudantes. De acordo com o documento, essa abordagem contextualizada é crucial, pois reconhece que a aprendizagem está inserida em realidades diversas, influenciadas por diferentes culturas e vivências. Valorizar o saber do estudante é uma premissa central que deve perpassar todo o processo educativo, permitindo que ele se veja como protagonista de sua própria trajetória.

A Diretriz de 2010 ainda destaca a necessidade da formação contínua dos educadores envolvidos na EJA. Os profissionais devem estar preparados não apenas para transmitir conteúdos, mas para lidar com a diversidade e as especificidades desse público, por isso, o exercício da escuta ativa, a empatia com o sujeito, um ambiente acolhedor é fundamental para que os estudantes se sintam seguros e motivados a desenvolver e ampliar suas capacidades.

Outro aspecto relevante diz respeito ao papel da EJA na promoção da cidadania. A educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e participativos, que compreendam seus direitos e deveres e possam atuar de forma consciente na sociedade. Nesse sentido, a EJA deve proporcionar não apenas a recuperação de conteúdos acadêmicos, mas também instigar uma reflexão sobre questões sociais, políticas e econômicas que afetam a vida dos alunos, fortalecendo, assim, sua autonomia e engajamento social.

A diretriz de 2010 incentiva a repensar um modelo educacional que vai além da mensuração de resultados, buscando estabelecer relações de respeito e valorização entre educadores e educandos. A educação de jovens e adultos representa uma oportunidade de reescrever histórias, romper ciclos de exclusão e promover um futuro mais justo. Dessa forma, refletir sobre as diretrizes da EJA convoca todos nós a um compromisso coletivo para garantir que a educação seja, de fato, um direito universal acessível a todos.

Segundo Oliveira (1999) no embate realizado no campo das políticas educacionais, temos a organização das novas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir da Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021. Ao contrário da resolução de 2010, o que encontramos no documento é um conjunto amplo de retrocessos no campo da organização e desenvolvimento da EJA no Brasil.

Primeiro, é importante entender que as Diretrizes de 2021 tentam atender à diversidade dos alunos dessa faixa etária, propondo uma educação que leve em conta as experiências e realidades de cada um. No entanto, na prática, ainda enfrentamos problemas, como a falta de

recursos, escolas com condições inadequadas e a formação insuficiente dos professores e a queda vertiginosa de matrículas na modalidade de ensino.

Outro ponto importante é o currículo, que na diretriz de 2021, busca o seu alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular, o que acaba descaracterizando as especificidades e riqueza de experiências da EJA. Há preocupações sobre como isso vai funcionar na prática. Em muitas escolas, ainda se priorizam conteúdos teóricos que não se ligam à realidade dos estudantes, o que dificulta uma aprendizagem significativa. A evasão escolar continua sendo um grande problema, em parte porque é desafio fazer uma conexão entre o que é ensinado e as necessidades práticas e os interesses dos alunos.

As diretrizes de 2021 traz uma concepção incisiva de uma formação da EJA voltada ao mercado de trabalho, pois colocam a EJA profissionalizando em destaque. A pergunta que fica é: será que o real objetivo da EJA é profissionalizar? Não vejo tanto sentido nessa proposta tão cheia de adendos e necessidade fazer várias aulas com intuito de formar o estudante para ser um excelente trabalhador treinado desde de sua etapa escolar.

Não digo que ofertar uma educação profissional é ruim, apenas critico o quanto está sendo imposta que relaciona uma formação humana a mera instrumentalização profissional do sujeito.

Analisando as mudanças que ocorreram com mudanças das diretrizes, vejo que as principais mudanças foram em relação a como a EJA organiza as ofertas de ensino, sua modalidade EAD, o quanto está sendo colocada a necessidade de educação profissional e deixando de lado a educação que humaniza e acolhe o estudante e suas especificidades. Assim como podemos mostra na diretriz de 2010, era bem presente. Acredito que o olhar para EJA nessa diretriz de 2021 está voltado para profissionalizar o estudante, acredito que por serem em sua grande maioria jovens e adultos ótimos para o mercado de trabalho.

Com a mudança do governo federal e a reaproximação das políticas públicas inclusivas retoma e ganha espaço novamente com o retorno da SECADI. Depois de ampla participação civil de movimentos sociais, sindicatos de professores, fóruns de educação de jovens e adultos foi sancionado as novas diretrizes para EJA homologada em abril de 2025. Nessa diretriz são retomadas premissas importantes da diretriz de 2001, na tentativa de reconstrução das políticas públicas para a EJA no Brasil. Analisando as diretrizes de 2021 e a de 2025 podemos observar algumas divergências, trago uma análise atrás de um quadro comparativo em reação as principais diferenças entre as duas diretrizes

Figura 1

Diretriz de 2021	Diretriz de 2025
Alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Propor formas diversificadas de organização curricular para o atendimento das necessidades e demandas dos estudantes jovens, adultos e idosos.
Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD)	Por meio da modalidade Educação a Distância – EaD, exclusivamente na etapa do Ensino Médio, garantindo a oferta de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da carga horária na modalidade presencial; e IV - via exames supletivos no nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos, e Ensino Médio para os maiores de dezoito anos. Parágrafo único. Os momentos não presenciais poderão ser organizados por meio de plataforma on-line ou material didático específico enviado aos estudantes.
atendimento aos estudantes com dificuldades de locomoção, residentes em locais remotos e de difícil acesso, em periferias de alto risco social e em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, oportunizando acesso escolar às populações do campo, indígena, quilombola, ribeirinhos, itinerantes, refugiados, migrantes e outros povos tradicionais, implementando turmas ou atendimento personalizado em condições de garantir aos alunos acesso curricular, permanência na escola, participação nas atividades e resultados positivos no processo de ensino e aprendizagem.	A oferta da EJA deve considerar as realidades culturais de grupos e suas formas de organização social, considerando os aspectos territoriais, econômicos, culturais, linguísticos, religiosos, ancestrais e étnico-raciais, enquanto povos e comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas, ribeirinhas, indígenas e demais grupos dos campos, águas e florestas, adequadas às próprias diretrizes
Situação de privação de liberdade, apenas citam em meio ao atendimento para estudantes com dificuldade de locomoção, em situação de privação de liberdade.	As pessoas privadas de liberdade devem ter asseguradas condições de acesso, permanência e qualidade social na oferta da EJA, de modo a promover sua formação para a autonomia, o exercício da cidadania e a reintegração.
<p>O 1º segmento da EJA, correspondente aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser ofertado na forma presencial, podendo ser:</p> <p>I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo a carga horária total estabelecida pelos sistemas de ensino, assegurando o tempo mínimo de 150 (cento e cinquenta) horas para contemplar todos os componentes essenciais da alfabetização, e de 150 (cento e cinquenta) horas para o ensino de noções básicas de matemática; e</p> <p>II – em articulação com uma qualificação profissional, sendo a carga horária da formação geral básica estabelecida pelos sistemas de ensino, acrescida da carga horária mínima para a qualificação profissional de 160 (cento e sessenta) horas das diversas propostas de Formação Inicial e Continuada (FIC).</p> <p>Art. 10. O 2º segmento da EJA, corresponde aos Anos Finais do Ensino Fundamental, poderá ser ofertado na forma presencial ou a distância, podendo ser:]</p> <p>I – sem articulação com uma qualificação profissional, compreendendo apenas formação geral básica, sendo que a carga horária total mínima será de 1.600 (mil e</p>	<p>I - para os anos iniciais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo a alfabetização inicial, a carga horária será definida pelos sistemas de ensino, não inferior a seiscentas horas;</p> <p>II - para os anos finais do Ensino Fundamental, que tem como objetivo o fortalecimento da formação geral, a carga horária total mínima será de mil e seiscentas horas; e</p> <p>III - para o Ensino Médio, que tem como objetivo uma formação geral básica e profissional, a carga horária total mínima será de mil e duzentas horas.</p>

<p>seiscentas) horas; e II – em articulação com uma qualificação profissional, sendo que a carga horária da formação geral básica será de 1.400 (mil e quatrocentas) horas, e da qualificação profissional será de 200 (duzentas) horas, totalizando o mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas.</p>	
<p>.Art. 11. A carga horária da qualificação profissional ofertada em articulação ao Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) poderá ser aproveitada como parte de um itinerário formativo que tem sua finalização no Ensino Médio, com um curso de Formação Técnica de Nível Médio</p> <p>A EJA Combinada é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta.</p> <p>A EJA Direcionada é uma alternativa de atendimento ao estudante trabalhador matriculado em qualquer segmento da EJA que, por motivos diversos, enfrenta dificuldades em participar das atividades no início ou no fim do turno de estudo.</p> <p>EJA Multietapas para ampliação do atendimento da EJA presencial, em situações de baixa demanda que impossibilite a implementação de um turno para a modalidade; dificuldade de locomoção dos estudantes, como os sujeitos do campo; população de rua; comunidades específicas; refugiados e migrantes egressos de programas de alfabetização em locais de difícil acesso, periferias, entre outros.</p> <p>Art. 23. As turmas de EJA Vinculada serão ofertadas, preferencialmente, em unidades escolares próprias, chamadas unidades acolhedoras, e estarão vinculadas a uma unidade escolar com oferta da EJA, denominada unidade ofertante</p>	<p>Parágrafo único. A organização da EJA, quando articulada à Educação Profissional e Tecnológica, na forma integrada ou concomitante, deve observar as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação – CNE, para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, para o Ensino Fundamental, para o Ensino Médio e para a EJA, bem como as determinações do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.</p>

<p>. 4º Os cursos da EJA desenvolvidos por meio da EaD serão ofertados apenas para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, com as seguintes características:</p> <p>I – a duração mínima dos cursos da EJA, desenvolvidos por meio da EaD, será a mesma estabelecida para a EJA presencial;</p> <p>II – Disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes, e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias e/ou materiais didáticos impressos;</p> <p>III – desenvolvimento de interatividade pedagógica dos docentes licenciados na disciplina ou atividade, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;</p> <p>IV – Disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo seu acesso à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital; e</p> <p>V – Reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD ou mediação tecnológica.</p> <p>Parágrafo único. Para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo.</p>	<p>t. 8º Os cursos da EJA desenvolvidos por meio da modalidade EaD serão ofertados exclusivamente para o Ensino Médio, com as seguintes características:</p> <p>I - a duração mínima será a mesma estabelecida para a EJA presencial;</p> <p>II - a disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias ou materiais didáticos impressos;</p> <p>III - o desenvolvimento de interatividade pedagógica dos docentes, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;</p> <p>IV - a disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo o acesso a biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital; e</p> <p>V - o reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD.</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborada pela autora

Com esses apontamentos comparando as diretrizes, é possível inferir que a de 2021 visava uma educação mais profissional, aligeirada, direcionado para cursos profissionalizantes e com seu ensino 80% a distância. Visto que não seria possível atender a todos os alunos nessa modalidade, tanto pela questão social, econômica e até mesmo seu acesso à internet.

Em contrapartida vem a diretriz de 2025 que oferece os cursos profissionalizantes, mas com uma proposta mais tranquila que oferece o ensino com mesma duração da EJA presencial, oferecendo a educação profissional apenas ao ensino médio. Os alunos estão finalizando seus estudos e seria interessante oferecesse uma educação que possa ajudá-los a serem colocados no mercado de trabalho e com uma qualificação para que possam promover mudanças em sua realidade de vida.

Outro ponto a ser observado é que a educação proporcionada pela diretriz de 2025 dialoga diretamente com as premissas da educação popular ligada às necessidades do povo que são os principais alunos da modalidade EJA. Visto que na outra diretriz a educação é completamente pautada na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) buscando apenas cumprir os conteúdos apresentados e não sempre observando as necessidades dos estudantes que estão na escola.

Como indica Oliveira (1999), a educação de jovens e adultos exige práticas pedagógicas que respeitem o ritmo de aprendizagem desses estudantes, promovendo sua autoestima e valorização social. Ela defende o uso de metodologias que favoreçam a autonomia, o diálogo e a reflexão crítica, como métodos participativos e colaborativos. A educação voltada para esse público precisa ir além da simples memorização de conteúdos, promovendo o pensamento crítico e a aplicação do conhecimento em situações práticas do cotidiano. Por isso, a nova Diretriz da EJA de 8 de abril de 2025 é um importante momento para iniciar a reconstrução da educação de jovens e adultos como responsabilidade pública em nosso país.

Capítulo 2: Desafios e contradições nas políticas educacionais da EJA

As políticas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil têm buscado, nas últimas décadas, garantir o direito à escolarização para uma população historicamente excluída do sistema regular de ensino. No entanto, mesmo com avanços normativos e conquistas significativas, essa modalidade enfrenta uma série de desafios e contradições que comprometem sua efetividade e alcance. A oferta limitada de vagas, a descontinuidade de programas, a precarização das condições de trabalho docente e a falta de uma estrutura pedagógica e curricular realmente alinhada às demandas específicas do público atendido, são alguns dos entraves que tornam a EJA uma política ainda marcada pela desigualdade e pela ausência de uma perspectiva crítica e emancipatória.

2.1: Reformas Neoliberais na EJA (Panorama Nacional)

Machado (2022), Moraes (2022) e Ventura (2022) aborda de forma crítica as políticas educacionais direcionadas à educação de jovens e adultos das classes trabalhadoras. As autoras argumentaram que as recentes reformas são influenciadas pelas diretrizes inspiradas do neoliberalismo. O que resulta em propostas educacionais aligeiradas, com currículos reduzidos e métodos acelerados que, em vez de promoverem a emancipação do sujeito e sua compreensão de mundo, perpetuam a subordinação desses jovens e adultos ao sistema econômico vigente.

As reformas neoliberais na educação priorizam a formação técnica e rápida, orientada para o mercado de trabalho, em detrimento de uma educação integral e crítica. Ao limitar o acesso ao conhecimento científico e humanístico, as políticas educacionais neoliberais acabam

reforçando as desigualdades sociais, mantendo os jovens e adultos trabalhadores em posições subalternas na estrutura socioeconômica.

As reformas educacionais, ao longo da história, têm sido interpretadas como instrumentos de progresso, modernização e inclusão social. No entanto, quando observadas sob a lente proposta por Machado (2022), Moraes (2022) e Ventura (2022), podemos identificar uma faceta sombria dessas transformações: a subordinação de jovens e adultos trabalhadores. Nesse contexto, é necessário examinar as estruturas que sustentam essas reformas, assim como suas implicações nas vidas dos sujeitos que buscam na educação uma oportunidade de libertação e ascensão social.

A educação, idealmente, deve servir como um espaço de promoção da autonomia e do pensamento crítico. Contudo, as reformas implementadas frequentemente se afastam desse ideal e, em vez de promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e emancipador, acabam por reproduzir formas de controle e subordinação. Isso se evidencia na desarticulação entre a formação escolar e as demandas reais do mundo do trabalho, onde a educação se reduz a meros treinamentos voltados para uma lógica produtivista, priorizando habilidades técnicas em detrimento do desenvolvimento de competências críticas e reflexivas.

Em síntese, as reformas educacionais que visam a subordinação de jovens e adultos trabalhadores não podem ser vistas apenas como falhas administrativas ou educativas. Elas representam um projeto político mais amplo, que procura garantir a continuidade de um modelo econômico excludente e desigual. Portanto, é urgente uma reflexão crítica sobre estes processos e um engajamento ativo em busca de uma educação que promova a emancipação, o empoderamento e a real transformação social. A construção de um futuro mais justo e equitativo depende da reimaginação da educação como um espaço de liberdade e criatividade, capaz de potencializar as vozes dos que sempre foram silenciados.

Essa visão é relevante quando se observa o contexto brasileiro, ao analisar as reformas educacionais direcionadas à educação de jovens e adultos trabalhadores. Por isso, Marquez e Godoy (2020) argumentam que as políticas neoliberais servem para perpetuar a subordinação social de determinados grupos reduzindo o papel da escola a preparação de mão de obra. As políticas neoliberais procuram reforçar a hegemonia de um grupo social, no caso a burguesia, sobre outro grupo, no caso, as classes populares. Essa relação de educação e hegemonia foi analisada por Gramsci. Segundo o pensador italiano

Na concepção de Gramsci, a educação expressa as relações fundamentais da hegemonia. Os dois temas – educação e hegemonia – são introduzidos juntos, a

hegemonia, conceito relacional, é utilizado na dialética marxista de Gramsci para indicar as formas sociais de exercício da dominação pelas classes dominantes – hegemonia burguesa, sempre inconclusa – em relação permanente e contraditória com práticas sociais que se opõem a ela, no processo de construção de uma nova hegemonia pelas classes subalternas. O conceito de hegemonia permite não apenas pensar na dominação de certos grupos hegemônicos sobre outros, mas, sobretudo, “reescrever essas relações de poder em uma concepção de mudança histórica” (REBUCCINI, 2015, p. 93).

A hegemonia está presente de forma ampla em todos os aspectos da vida humana e na educação isso causa grande impacto, pois acaba restringindo a educação assim como cita acima de que não seja uma análise crítica, mas que seja colocada em vigor.

Uma das tendências em pensar na elaboração de políticas públicas para a educação de jovens e adultos no neoliberalismo está na expansão da terceirização da sua oferta. A EJA está sendo cada vez mais terceirizada pelos governos, em todos os seus níveis, seja federal, estadual e municipal, pois apostam muito no trabalho realizado por Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Fundações de empresas privadas, como à Fundação Ayrton Senna, à Lemann, ao Instituto Itaú-Unibanco, além da participação da Mackenzie e Company, entre outros. Em resumo essa terceirização da escola/educação acaba levando o ensino para cada vez mais técnico para o mercado pois é a isto que lhe interessam.

2.2: Reformas Neoliberais na EJA (Panorama Regional: Rio de Janeiro e Goiás)

Machado (2022), Moraes (2022) e Ventura (2022) revelam através de dados como essas políticas vem ganhando espaço na organização dos sistemas de ensino da rede estadual, em particular do estado do Rio de Janeiro e em Goiás. No estado do Rio de Janeiro as propostas de ensino da EJA são essas:

Além da NEJA, o Rio de Janeiro oferta a EJA/EM de duas outras formas por meio dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs) e do Ensino Médio para Educação de Jovens e Adultos (EMEJA). CEJAs são escolas semipresenciais que atendem, exclusivamente, o público da EJA. O aluno retira o material didático na instituição escolar e retorna para tirar dúvidas com professores – o que pode ser, também, virtual, por meio da plataforma CEJA VIRTUAL – e fazer as provas. A parte pedagógica, desde 2011, fica aos cuidados da Fundação CECIERJ, subordinada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), enquanto as unidades pertencem à Secretaria de Educação. Assim, a rede CEJA é uma parceria entre a SECTI e a Seeduc/RJ. Já o EMEJA é ofertado apenas pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), vinculado à Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC). Trata-se de um curso de EJA noturno com números modestos. (REFORMAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À SUBORDINAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES 2022, PRAXIS E HEGEMONIA V7, P.3)

O panorama apresentado pelas informações acima revela uma proposta superficial e aligeirada de formação. Em resumo, a EJA no estado do Rio de Janeiro está de forma bem rápida para realmente conclusão e formação de pessoas capazes de seguir manuais e serem cada dia mais obedientes e seguir sendo mão de obra para o mercado de Trabalho.

Segundo os autores Machado (2022), Moraes (2022) e Ventura (2022) no estado de Goiás, o desmonte das políticas que asseguram uma EJA de qualidade ganha força com a implantação do projeto EJA TEC pela rede estadual. De acordo com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO), o programa EJATEC funciona na modalidade semipresencial, sendo 80% das aulas na plataforma Moodle on-line e 20% presenciais para a realização de avaliações e plantão de dúvidas.

Na plataforma do curso o estudante tem à sua disposição todo o material didático com a mediação pedagógica dos professores. Atualmente, o programa é ofertado em 42 polos, localizados em Goiânia e em mais de 35 municípios do estado. Com isso podemos observar que a modalidade está quase completamente online, destinando pouquíssimo ao presencial que seria o mais importante, até mesmo para verificação de aprendizado. Pois através do ensino online podem acontecer várias divergências na realização das atividades, como por exemplo a utilização sem reflexão acerca das inteligências artificiais que realizam toda a atividade e o aprendizado torna-se superficial.

Segundo Barbosa (2021) o EJATEC propõe um aligeiramento dos estudos

O EJATEC proposto pela Seduc/GO tem a duração de três semestres letivos, portanto, 18 meses, com um total de carga horária de 1.200 horas, sendo “organizada da seguinte forma: 400 horas semestrais, sendo 80% dessa carga horária a distância e 20% presenciais” (GOIÁS, 2019a, p. 10).

As áreas de conhecimento são: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. O projeto EJATEC tenta assumir o princípio da transversalidade, “que constitui uma das maneiras de trabalhar os componentes curriculares, as áreas de conhecimento e os temas sociais em uma perspectiva integrada” (GOIÁS, 2019a, p. 11). (BARBOSA, 2021.P. 24)

O estudante que realiza a modalidade também está no mercado de trabalho. É preciso levar em conta que sua realidade social e econômica condiciona nos seus estudos sendo por motivo não acesso aos aparelhos digitais ou mesmo a falta de acesso à rede de internet. Precisamos levar em conta alguns desafios que acabam enfrentando com a implementação de

novas tecnologias e metodologias no ambiente educacional, pode trazer uma série de desafios para os estudantes.

Um dos principais obstáculos é a adaptação ao novo ambiente virtual da aprendizagem. Para muitos alunos, especialmente aqueles que não estão familiarizados com o uso de ferramentas digitais, a transição para um sistema que depende fortemente da tecnologia pode ser bastante desafiadora. A falta de familiaridade pode gerar insegurança e resistência, dificultando o processo de aprendizado e até causando a evasão escolar por não conseguirem lidar com as novas ferramentas de ensino.

A introdução de novos projetos e atividades tende a aumentar os desafios com o aprendizado pois os estudantes da EJA são aqueles que por algum motivo não concluíram seus estudos no tempo regular e com isso sabemos que seu acesso as tecnologias já é bastante limitado e difícil por se tratar de pessoas em realidade social muitas vezes precárias e sem acesso a essas ferramentas.

A ampliação das responsabilidades pode resultar em estresse, desânimo e até mesmo deixam de acreditar que são capazes de apreender e se formar, tornando mais difícil para os estudantes equilibrar suas obrigações acadêmicas com outras atividades, como trabalho e vida pessoal causando mais uma vez o abandono dos estudos e até mesmo o uso das inteligências virtuais para realizar as atividades.

Outro aspecto importante a ser considerado é o acesso à tecnologia. Nem todos os estudantes têm acesso a dispositivos adequados ou a uma conexão de internet de qualidade. Essa desigualdade pode criar barreiras limitando a participação plena de alguns alunos no projeto e, conseqüentemente, afetando a equidade nas oportunidades de aprendizado, além disso, a resistência a mudanças não pode ser ignorada.

Alguns estudantes podem se sentir desconfortáveis com alterações em suas rotinas de aprendizado, o que pode levar a uma falta de engajamento e motivação, principalmente aqueles que não em acesso pleno a rede e ferramentas para as aulas online. Essa resistência pode ser um obstáculo significativo. Por fim, a forma como o desempenho dos alunos será avaliada pode gerar inseguranças.

Segundo Barbosa(2021) se as novas métricas de avaliação não forem claras e bem comunicadas, isso pode causar ansiedade entre os estudantes, dificultando ainda mais seu desempenho e engajamento, o que nos leva pensar se o oferta da EJA nesta modalidade é o mis adequado, ou se acaba sendo uma forma aligeirado de conclusão e finalização dosa estudos,

pois o aluno tem pouco contato com instituição escola e isso acaba levando aprendizado a outro viés, apenas para a conclusão dos estudos, de forma bem rasa e aligeirada,

Diante de todo esse cenário e de tais complexidades no que diz respeito à EJA, há diversas propostas que vão ao encontro do aligeiramento da EJA e que dificultam o acesso à escola, à troca de saberes, interações, visibilidade da diversidade cultural, debates em sala de aula e dentro das instituições de ensino, além de não levar em consideração as condições estruturais e das especificidades dos alunos da EJA. (BARBOSA, 2021 P. 23)

Diante desses desafios, é de suma importância que haja um suporte adequado para ajudar os alunos a superar essas dificuldades. A implementação de programas de orientação, capacitação e recursos tecnológicos pode ser fundamental para garantir que todos os estudantes possam se beneficiar das oportunidades oferecidas pelo projeto da EJATEC. Com o suporte certo, é possível transformar esses desafios em oportunidades de crescimento e aprendizado.

Carneiro Júnior (2024) expõe como as reformas educacionais impulsionadas por um viés neoliberal, tendem a desconsiderar as especificidades e as necessidades dos estudantes da EJA. Sob a lógica neoliberal, a educação é vista como um produto a ser consumido, o que desumaniza a experiência educacional e ignora a complexidade social que permeia a vida dos jovens e adultos, em especial os estudantes da EJA. Esse fenômeno de mercantilização da educação não apenas dilui a essência do aprendizado, mas também silencia as vozes dos sujeitos que, muitas vezes, carregam histórias de luta, resistência e superação, em relação a sua realidade social, sua vida financeira e seus estudos.

Ao silenciar a questão social, as reformas educacionais negligenciam a inclusão de práticas pedagógicas que poderiam atender às demandas reais desse público, colocando em destaque apenas aquilo que lhes trarão retorno de alguma maneira sendo colocando esse estudante no mercado de trabalho ou até mesmo alienando-o. Carneiro Júnior (2024) argumenta que, para efetivar uma educação que seja realmente emancipadora, é fundamental retomar o debate sobre as desigualdades sociais e considerar as diversas identidades e trajetórias dos alunos. Quando se ignora o contexto social, corre-se o risco de reproduzir injustiças e desigualdades, perpetuando um ciclo de exclusão.

Além disso, o autor destaca a importância da formação de educadores conscientes e engajados, que consigam dialogar com as realidades complexas dos alunos. Essa formação deve incluir uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais, proporcionando aos docentes ferramentas para resistir aos impactos negativos do neoliberalismo e promover uma educação mais justa e inclusiva.

Carneiro Júnior (2024) nos faz um convite à reflexão sobre como as estruturas educacionais podem se moldar e se adaptar a um mundo em constante transformação, sem perder de vista a realidade social dos estudantes. É uma chamada à ação para que educadores, gestores e sociedade civil se mobilizem em prol de uma educação de jovens e adultos que não apenas eduque, mas que também promova a transformação social e a dignidade humana, levando em consideração suas necessidades básicas, como acesso à saúde e educação de qualidade que influenciam diretamente na sua trajetória de vida e suas conquistas pessoais. Dessa forma, a educação se tornaria um verdadeiro instrumento de libertação e empoderamento, capaz de questionar e, quem sabe, transformar as estruturas sociais injustas que ainda persistem.

Considerações Finais

A reflexão sobre esse tema revela uma tensão entre dois modelos de educação: um que visa a emancipação e outro que visa a adaptação social. No contexto das reformas criticadas pelos autores, prevalece o segundo modelo, em que a educação é moldada para formar indivíduos dóceis e conformados com suas condições sociais. Isso é particularmente problemático quando se trata da educação de jovens e adultos trabalhadores, que historicamente enfrenta barreiras sociais, econômicas e culturais no acesso ao conhecimento.

Por tanto, as reformas educacionais voltadas para jovens e adultos trabalhadores merecem um olhar crítico e reflexivo, pois revelam escolhas políticas e ideológicas sobre o papel da educação na sociedade. O desafio é construir um modelo educativo que, em vez de subordinar, emancipe; que, em vez de limitar, expanda horizontes; e que, em vez de formar apenas trabalhadores, forme cidadãos críticos e conscientes do seu papel na transformação da sua realidade e futuro.

Um papel fundamental na promoção e na construção de políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). São os movimentos sociais pois esses movimentos surgem como resposta às desigualdades sociais e à exclusão educacional, sendo um pilar de transformações necessárias para garantir a inclusão e o direito à educação de todas as camadas da população.

Uma das principais funções dos movimentos sociais em relação à EJA é a mobilização e a conscientização de todos, até mesmo aqueles que são estudantes e muitas vezes nem sabem como lutar pelos seus direitos. Eles promovem o debate sobre a importância da educação como um direito humano, enfatizando que todos, independentemente da idade ou da trajetória de vida.

Através de campanhas, eventos e ações diretas, os movimentos sociais buscam romper com a invisibilidade que muitos jovens e adultos enfrentam em relação à sua educação, reivindicando o reconhecimento de suas necessidades específicas. E infelizmente no cenário atual são poucos os movimentos que ainda conseguem se reunir e ter bons debates a respeito de direito ao cidadão.

Além disso, esses movimentos atuam na formulação e na fiscalização de políticas públicas. Ao se organizarem e criarem plataformas de diálogo com o Estado, conseguem influenciar a elaboração de programas que atendam de forma mais eficaz as demandas da EJA. A participação desses grupos nos espaços de decisão pública é essencial para que as políticas sejam realmente inclusivas, levando em consideração a diversidade de realidades que compõem esse público-alvo. A experiência e a vivência dos militantes dessas organizações trazem uma perspectiva prática e crítica, contribuindo para a elaboração de estratégias que considerem os desafios enfrentados pelos educandos.

Outro ponto a ser colocado é que os movimentos sociais desempenham um papel crucial na construção e na efetivação de políticas públicas, e muitas vezes em especial as políticas voltadas para EJA, eles não apenas atuam como representantes das demandas da população que busca por educação, mas também como agentes de transformação social, promovendo a inclusão e a equidade. A EJA é um direito garantido pela Constituição Brasileira e, ao longo dos anos, tem sido objeto de lutas e reivindicações que visam sua melhoria e efetividade, que sabemos que nesse último governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que acabou sendo pouco ou não favorável aos movimentos sociais e as políticas para EJA, trazendo uma educação mais pautada no profissional e aligeirada.

Em conclusão essa monografia evidencia que as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, embora amparadas por uma legislação avançada e por diretrizes normativas consistentes desde a Constituição Federal de 1988, enfrentam uma grave distância entre o texto legal e a prática efetiva. O que se observa, na realidade, é uma sucessão de promessas não concretizadas, que tornam a EJA uma modalidade marcada por lacunas, interrupções e descontinuidades. Os direitos tão enfaticamente garantidos no plano jurídico não se traduzem, de fato, em oferta regular e de qualidade para uma população historicamente excluída, que não raro precisa disputar com uma agenda de subsistência o seu direito de aprender e de transformar a própria vida.

Assim, a crítica não se limita à concepção das políticas, mas se estende à falta de compromisso e vontade política para implementá-las, ampliá-las e fortalecê-las. A ausência de investimento adequado, a desvalorização do magistério e a invisibilidade do sujeito da EJA tornam essa modalidade uma representação clara das contradições do sistema educacional brasileiro. O enfrentamento dessa realidade exige uma mobilização crítica e permanente por uma educação que não reproduza as desigualdades, mas que assume seu compromisso de reparar e transformar. Só assim, por meio de uma prática política e pedagógica crítica e coerente, a EJA poderá romper com a lógica excludente e reafirmar seu verdadeiro potencial enquanto direito humano e instrumento de emancipação social.

Referências

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. IN: SOARES, Leôncio. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 19-30.

BARBOSA, Elisa Pimentel. **O projeto EJATEC em Goiás uma análise documental**. Aparecida de Goiânia , 2021, p 10-56. <https://goias.gov.br/educacao/educacao-de-jovens-e-adultos/> Projeto da EJATEC.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021. (2021c). **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.** Brasília: MEC, 2021c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192>

BRASIL. Ministério da educação **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 8 DE ABRIL DE 2025**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf

CAJUEIRO, Roberta L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Rio de Janeiro, 2013.

CARNEIRO, Nelson Júnior. **“Educação de Jovens e Adultos e Neoliberalismo: Reforma educacional e o silenciamento da questão social na educação de jovens e adultos.** Goiânia: Universidade Federal de Goiás (UFG). 2024, p. 1-15.

DALARI, Dalmo de A. **O que é participação política?** São Paulo: Brasiliense, 1983. P. 7-22.

GOIÁS. Avaliação de alunos e professores da Educação de Jovens e Adultos a Distância - EJA-TEC2019/2. Goiânia: Seduc/GO/ Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais, 2019. p.10 -11.

LIMA, Caroline C. O Estado e a educação. IN: **Política Educacional.** São Paulo: Editora Cengage Learning, 2021. p.2-15. (24.8)

MACHADO, Maria Margarida; MORAES, Carmem; VENTURA, Jaqueline Pereira. Reformas educacionais voltadas à subordinação de jovens e adultos trabalhadores. **Práxis e Hegemonia Popular,** Marília-SP v. 7 n. 10, jun. 2022, p. 64-88. Disponível em <http://revistas.marilia.unesp.br>.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos: em movimento e disputa. **Revista de Educação Popular.**

Uberlândia-MG, v. 19, n. 2, p. 25-42, mai./ago. 2020. Disponível em <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51940>.

MOURA, Aline de Carvalho; CRUZ, Andreia Gomes da; As políticas educacionais e o agravamento da desigualdade social: considerações acerca do governo Bolsonaro. **Trabalho, Política e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 01-19, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtp>. Acesso em 05/06/2024

MARTINS, Adelaide Terezinha de Oliveira, AGLIARDI, Delcio Antônio. **A Legislação de educação de jovens e adultos a partir da constituição Federal de 1988**. São Paulo:, 2013. p. 1-14.

NUNES, Alex Ribeiro. O campo da política educacional. IN: **Políticas Educacionais**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2021. p.2-15. (24.8)

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In.: Ribeiro, Vera Masagão (org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado de Letras: Assoc. de Leitura do Brasil – ALB: Ação Educativa, São Paulo, 1999.

SANTOS, Pablo Silva M. B. dos. **Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012. p.1-10. (24.8)